

HISTÓRIA POLÍTICA E IMAGINÁRIO DE PROGRESSO EM CAMPINA GRANDE DOS ANOS 50

Rosilene Dias Montenegro*

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a recepção ao projeto político do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), na cidade de Campina Grande. A questão que buscamos problematizar é a de como esses tempos de mudança no âmbito nacional, tempos marcados por um esforço político de modernização do país, repercutiram significativamente em Campina Grande.

Para a análise proposta privilegiamos alguns aspectos do domínio da história política renovada, mais precisamente os que se encontram relacionados ao imaginário de crença no progresso. Partimos da compreensão, inspirada em Raoul Girardet (1987), de que aspectos do domínio do imaginário têm sido mobilizados, em contextos históricos de incertezas e também de esperanças, de forma a motivar ações individuais e coletivas que implicam invariavelmente em mudanças importantes. No que se refere a assunto deste artigo, as questões que trazemos para discussão podem ser compreendidas como, mais ou menos intensamente, relacionadas ao sonho de realização do imaginário do Brasil-grande-nação, em termos mais gerais, e, termos locais, como ações que visavam dar prosseguimento e conclusão ao processo de desenvolvimento econômico da cidade, cujo destino já parecia enunciado. Campina Grande, a “Rainha da Borborema”, haveria, segundo esse imaginário, de realizar sua vocação e predestinação de “cidade do trabalho”, “capital financeira da Paraíba” e cidade “futuro de prosperidade”.

Para a realização dessa análise utilizamos fontes primárias e secundárias, contando estas últimas com alguns estudos aqui tomados como referenciais teóricos para a reflexão da história política renovada e do imaginário coletivo. As fontes documentais constituem-se de jornais e revistas da época, tais como os artigos do jornal campinense *Diário da*

* Professora do Departamento de História e Geografia/CH/UFCG. Doutora em História pela UNICAMP.

Borborema, do *O Estado de S. Paulo*, e da revista *Cruzeiro*, de circulação nacional.

2. Imaginário e História Política

Conforme dito anteriormente, o presente artigo propõe analisar um tema do campo de análise da história política. Esta disciplina vem passando por uma renovação de seus objetos e referenciais teóricos, desde a década de oitenta do século passado. Nesse sentido, tem passado por um movimento de renovação que visa resgatar sua importância para o conhecimento da história. Para isto, temas tradicionalmente tratados pela história política como, por exemplo, os partidos, as eleições, as guerras, as biografias, vêm sendo, revisitados sob a perspectiva da história política renovada. Essa renovação deve-se a novas posturas em relação às fontes documentais e referenciais teóricos e metodológicos, assimilados no diálogo com outras disciplinas, tais como a ciência política, a sociologia, a lingüística, e a antropologia.

Assim, a história política renovada tem se mostrado um campo fértil para a problematização de temas caros ao movimento atual da historiografia, tais como o sujeito, o acontecimento e a narrativa. Essa disciplina tem aceitado, também, outros desafios como a investigação e problematização de aspectos do domínio do imaginário.

O domínio do imaginário se apresenta, pois, como um lugar de fértil investigação para a história política renovada e tem contado com a contribuição de vários cientistas sociais, dentre eles os historiadores franceses René Remond¹ e Pierre Ansart². Segundo a historiadora Stella Bresciani as reflexões sobre a história política de Pierre Ansart, inauguraria uma nova perspectiva para essa disciplina, contribuindo para a reflexão da história a partir de *"um domínio de estudos da política, no qual a afetividade se mostrava presente e atuante na formação de convicções particulares e de suas expressões coletivas não turbulentas"*³. Logo, o estudo aqui

¹ Cf. REMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

² Principalmente a contribuição de Pierre Ansart, conforme pode ser verificado em artigo de BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, M. Stella; e BREPOHL, Marion (Org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, pp. 31-46.

³ Cf. Stella Bresciani (*et. alii*). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 8.

proposto pretende trilhar os caminhos abertos por esse movimento da história política renovada. Um campo que não recusa o desafio, ao mesmo tempo em que motiva o estudo da dimensão afetiva, dos sentimentos, das paixões e ódios políticos, das descrenças, das ilusões e da imaginação, das esperanças e dos sonhos, de todo um campo não racional em que se situa o domínio do imaginário.

Nas leituras sobre o mito e o imaginário político, nas quais nos referendamos para a presente análise, vimos que os estudos sobre esses temas do domínio do imaginário ganharam uma nova dimensão a partir dos anos de 1940, com os trabalhos de Mircea Eliade, Claude Lévi-Strauss e Gaston Bachelard, principalmente. Esses estudiosos inaugurariam uma tendência que, aos poucos, imporia a relevância de suas reflexões para o estudo não somente do mito como também do imaginário coletivo e do imaginário das sociedades contemporâneas. Abria-se, assim, um leque de possibilidades de investigação de questões e problemáticas sociais de inegável importância para o conhecimento das sociedades.

O estudo do mito revelou-se de extrema complexidade. Um assunto sobre o qual não se podia construir certezas nem verdades. Um campo de saber de constantes desafios para o pesquisador que nele se aventurasse, uma vez que o estudo do mito e da mitologia tratava de um assunto complexo, cheio de ardis, próprios ao campo da não racionalidade lógica, do subjetivo, do simbólico, do imaginário e de sua relação com a instituição, constituição e apreensão do real.

Esses estudos, realizados inicialmente pela Etnologia e Antropologia, chamaram a atenção de outros campos do saber e, aos poucos, tiveram algumas de suas metodologias e problemáticas incorporadas às elaborações de outros campos, a exemplo da História.

É no bojo desse movimento de revisão historiográfica que ocorre, a partir dos anos oitenta, uma renovação da disciplina História das Idéias Políticas. A adoção de metodologias da Antropologia e Sociologia levaria à incorporação do estudo sobre o mito, a mitologia e o imaginário político, sob uma nova perspectiva. Essa inovação ou revisão resultou no alargamento do horizonte da disciplina História das Idéias Políticas. A História Política abria-se para esses temas, tendo algumas de suas concepções revisadas e renovadas. Estudar o imaginário político, querer entendê-lo, explicá-lo, passou a fazer parte de uma compreensão de que esse aspecto da experiência

humana, que chamamos de imaginário, possuía “a singularidade de uma realidade psicológica de uma especificidade muito evidente”⁴.

Do nosso estudo sobre o imaginário, vimos que o imaginário não constitui apenas reflexo do momento histórico, mas dele também participa como instituidor. Nesse sentido, a importância do imaginário coletivo para o estudo da História Política, segundo Gilbert Durand (1997), deve-se a sua função no processo de apreensão e representação do real. Isto é, o imaginário é um estado da consciência e, por conseguinte, de apreensão do mundo. Assim a política, mais do que outro campo de saber teria, com o imaginário, uma ligação ainda mais complexa.

Já, para Raoul Girardet, o estudo do imaginário, e mitos políticos permite conhecer um campo da instituição e representação social em que:

A densidade social, a dimensão coletiva não são negadas, e com elas tudo aquilo que os debates ideológicos implicam de conteúdo passional, tudo aquilo que os carrega desse peso por vezes tão denso de esperanças, de recordações, de fidelidades ou de recusas.⁵

Os estudos nesse campo revelam algumas características comuns às manifestações do imaginário mitológico. “Elas pertencem, em outros termos, a modos originais de expressão tão afastadas, sem dúvida, da construção retórica quanto pode estar a linguagem musical das estruturas da formulação verbal” (GIRARDET, 1987:14). Verificou-se que o mito guarda semelhanças com o sonho e:

(...) como o sonho, o mito se organiza em uma sucessão ou dinâmica de imagens; (...) como o sonho, estas imagens se encadeiam, nascem uma da outra; chamam uma a outra, respondem-se e confundem-se; (...) como o sonho ainda, o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos, senão em consequência de uma operação conceitualizante, obrigatoriamente redutora, que arrisca uma versão empobrecida, mutilada, destituída de sua riqueza e complexidade; (...) o mito é polimorfo e ambivalente.⁶

⁴ Cf. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.14.

⁵ Cf. GIRARDET, R. Op. cit., p.9.

⁶ Cf. GIRARDET, R. Op. cit., p.14.

3. Os anos 1950 em Campina Grande

A história política de Campina Grande na década de cinquenta nos permite constatar algumas das características gerais da relação história política/imaginário, conforme pudemos verificar nas reflexões dos precursores dos estudos sobre o imaginário e, particularmente, nos estudos de Girardet sobre o imaginário político.

Os anos cinquenta em Campina Grande foram anos de grande efervescência das idéias de progresso econômico e, também, de realizações voltadas para esse fim. As idéias de progresso e suas derivações em crescimento econômico, desenvolvimento, modernização e modernidade, se apresentam como um imaginário mítico que carece ser estudado. No que se refere a mobilização do imaginário de progresso em Campina Grande e sua relação com os desdobramentos políticos efetivamente ocorridos na cidade de então, pudemos ver que em 1952, dando materialidade a uma tendência que se colocaria de maneira efetiva para todo país somente a partir do governo Kubitschek, realizava-se nessa cidade um conjunto de ações que visavam a potencialização e otimização do progresso e desenvolvimento efetivamente existentes nessa cidade.

Em 6 de outubro de 1952, iniciava, pelo idealismo e obstinação de alguns cidadãos campinenses (membros das elites empresariais, políticas e intelectuais), que visualizaram na criação de uma instituição de ensino superior, em Campina Grande, uma forma de responder aos desafios de seu tempo e superação do atraso. Essas ações resultariam na criação da Escola Politécnica, um marco desses tempos de busca da criação de bases materiais para a viabilização do progresso contínuo da cidade.

Na década de cinquenta seriam criadas ainda a Escola Técnica de Comércio de Campina Grande⁷, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1952), a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande, a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que daria origem na década seguinte a Universidade Regional do Nordeste (FURNE). Foram, também, criadas nessa década várias empresas municipais e órgãos voltados para o desenvolvimento: a Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), a SANESA (Saneamento de Campina

⁷ Cf. LOPES. Stênio. *Campina. luzes e sombras*. Campina-Grande: s/edidora, 1989, p.64.

Grande Sociedade Anônima), o FADIN (Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial), o BANFOP (Banco de Fomento da Produção). Realizações estas que cumpririam um papel fundamental para o desenvolvimento da cidade e responderiam concretamente ao imaginário de progresso, posto em mobilização.

A década de 1950 testemunharia um significativo desenvolvimento da cidade de Campina Grande, cuja população chegara a 173.206 habitantes, enquanto a capital contava com uma população de 119.926 habitantes, segundo censo realizado pela Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), em 1957⁸. Em termos quantitativos, o número de habitantes, de indústrias, e de lojas de comércio, somando-se a sua importância de pólo comercial do algodão, e, nessa década, também do agave, fazia dessa cidade um centro de indubitável crescimento econômico. Sua relevância econômica em relação às demais cidades do Estado da Paraíba era tão evidente que se dizia, à época, que a Paraíba possuía duas capitais, uma administrativa e uma financeira, João Pessoa e Campina Grande, respectivamente.

O dinamismo econômico vivido em Campina Grande fortalecia a representação expressa no imaginário⁹. A este imaginário se juntavam outras imagens, a “cidade do trabalho”, “capital financeira da Paraíba”, “pólo de desenvolvimento”, “futuro de prosperidade”. Referências sobre a cidade, bastante recorrentes nas páginas do *Diário da Borborema*¹⁰.

A partir da pesquisa realizada nos jornais de circulação em Campina Grande e nos jornais dos grandes centros do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), pudemos observar que essas imagens de progresso da cidade de Campina Grande, na primeira metade da década de cinquenta, do século passado, estavam em dissonância com as imagens de progresso dos principais centros econômicos do Brasil, no mesmo período. No seu todo, o país vivia em meados dos anos de mil novecentos e cinquenta uma grave crise política e econômica, conforme pode ser verificado na

⁸ *Diário da Borborema*, 10/01/1958.

⁹ Segundo Stênio Lopes, op.cit. p.11, “No ano de 1940, o recenseamento geral do País dava para o município de Campina Grande uma população de 127.397 habitantes, superior à do município da Capital, com 95.386 habitantes”.

¹⁰ Jornal campinense, fundado em 02/10/1957, cuja linha editorial estava visivelmente ligada aos interesses da elite empresarial campinense.

historiografia dessa época¹¹ e, também, nos principais jornais dos grandes centros do país, à época¹². O que faz do estudo sobre a história de Campina Grande desse período, um assunto de relevância para o conhecimento de nossa história, não somente local, mas, também, nacional.

As ações políticas com fins ao crescimento econômico de Campina Grande, realizadas ainda na primeira metade dos anos cinquenta, iriam apresentar seus primeiros resultados positivos antes mesmo do fim dessa década. Muito provavelmente, o significativo desenvolvimento econômico da cidade, observado à época, é um aspecto importante para a análise referente à recepção, bastante favorável, do projeto político do governo JK (1956-1961) e, particularmente, no que diz respeito à recepção e repercussão das idéias de modernização e modernidade, do que mesmo à sua concretização.

Neste ponto cabe lembrar que, face às especificidades internas da política paraibana, a cidade de Campina Grande mantinha suas bases políticas evidentemente apoiadas sobre práticas oligárquicas, muito comuns no país da época. Assim, se no plano político as práticas comuns à vida da cidade destoavam do conteúdo político do projeto defendido pelo governo Juscelino Kubitschek, no plano econômico as ações visando o progresso econômico a colocavam em sintonia com o imaginário político em ação.

O *Plano de Metas* reconhecidamente um projeto modernizador, eminentemente voltado para os interesses da indústria e, por conseguinte, das formas especificamente capitalistas de produção, criara mecanismos para a integração das regiões no grande esforço desenvolvimentista. Enquanto que o crescimento econômico verificado em Campina Grande, por mais importante que tenha sido, não conseguia estender-se para além de um desenvolvimento marcadamente comercial, mais precisamente comercial-algodoeiro: Assim, não obstante às ações que visavam a instalação

¹¹ Leandro Konder, em seu texto *Os intelectuais e os anos 50*, analisa o papel de eminentes intelectuais brasileiros em suas reflexões sobre o Brasil da primeira metade dos anos cinquenta do século passado. Em sua análise, Konder ressalta a profunda descrença no futuro do país e o momento de profunda crise política e econômica por que passava o país. Konder ressalta, também, a mudança desse clima de incerteza, promovida pelo governo JK. In: KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. Marcos Cezar Freitas (Org.). São Paulo: Contexto, 1998.

¹² Referimo-nos às inúmeras reportagens sobre a crise econômica do Brasil, publicadas com frequência, entre 1953 e 1956, nos jornais "O Estado de S. Paulo" (SP), "Correio da Manhã" (RJ), "Estado de Minas" (MG), e, também, na revista *O Cruzeiro*.

e expansão da indústria; não obstante à hegemonia da compreensão de que só a industrialização garantiria definitivamente o progresso econômico da cidade, não se conseguiu realizar a industrialização dessa cidade.

Lembremos que a cidade chegou a possuir um estabelecimento bancário, o Banco da Indústria de Campina Grande. Ou seja, o projeto político do governo federal era a modernização via industrialização, enquanto em Campina Grande o que se conseguia garantir, efetivamente, era uma economia eminentemente comercial, uma vez que seus esforços no sentido da industrialização ficavam aquém do desejado.

Mas, devemos ressaltar que essa dissonância entre o ideal de progresso via industrialização da cidade resultava menos dos esforços de setores locais do que das forças políticas representativas do interesse industrializador que hegemonizava o poder no Estado. Divididas internamente, as elites campinenses não conseguiam pensar o desenvolvimento da cidade a partir de um projeto político claro e especificamente voltado para a industrialização e ações modernizadoras. Essa situação se agrava com o inegável distanciamento político entre essa cidade e a capital, difícil de ser superado. Esse distanciamento gerou uma tensão entre as elites das duas cidades cuja consequência seria a obstacularização do crescimento econômico da cidade interiorana¹³.

4. Imaginário de Progresso e Mobilização Política

Em 1959, após uma campanha eleitoral singular devido a dimensão do confronto político entre os dois candidatos¹⁴, o então Deputado Severino Cabral, do Partido Social Democrático (PSD), venceu o seu rival eleitoral o empresário Newton Rique, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Colocando-se aí uma contradição, pois, se no âmbito federal, esses partidos eram, respectivamente, a sustentação política do governo, no âmbito local a contenda política não só os transformava em opositores políticos, mas em projetos políticos opostos¹⁵.

¹³ Cf. LOPES, Stênio. Op. cit., pp. 29-33.

¹⁴ Cf. SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo** – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964): Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. pp. 241-242.

¹⁵ Cf. Ó. Alarcon Agra do. Projetos em cena: uma eleição municipal em Campina Grande, em 1959. In: **Saeculum**. Revista de História. nº 6/7. Jan./Dez., 2000/2001.

Segundo Josué Sylvestre¹⁶, essa oposição de projetos políticos para a cidade, pode ser constatada nos programas dos candidatos à Prefeitura. No item do “*Plano para Campina Grande*”, programa político do candidato eleito, Severino Cabral, referente ao *desenvolvimento rural*, era o mais extenso e prometia “providências na área da educação rural, fomento agropecuário, criação do Banco Municipal de Crédito Cooperativo e construção de silos e armazéns, tudo visando a melhoria de vida do homem do campo — propriedade e agricultores — e incremento da produção agropecuária”¹⁷. Já, no tocante à indústria, o “*Plano para Campina Grande*”, era mais vago ou bastante generalizante. Vejamos:

Um dos aspectos que consideramos de maior importância é o apoio que a Administração Municipal deve dar à implementação de novas indústrias. Não basta possuir legislação favorável, tornam-se imperiosas certas iniciativas para criar uma mística de progresso porque além da mobilização de capitais disponíveis em nossa terra, faremos atrair capitais de fora para reforçar a economia e permitir maior expansão industrial. Uma propaganda das nossas possibilidades, a realização de congressos, conferências e exposições, maior entrosamento com as nossas entidades e classes do comércio, da indústria e da lavoura, nos ajudarão a atingir esse objetivo.¹⁸

Pela generalização da proposta voltada para o desenvolvimento industrial, comparada às propostas concretas e exequíveis voltadas para o desenvolvimento rural, é possível afirmar que o então deputado pessedista, eleito Prefeito de Campina Grande, em 1959, estava muito mais identificado com os interesses agrícolas do que com os interesses industriais, que estavam melhor representados pelo seu adversário, o petebista Newton Rique. Por outro lado, o candidato petebista estava, ao menos no plano discursivo, muito mais próximo do projeto político do governo JK do que seu representante partidário em Campina Grande.

¹⁶ SYLVESTRE. Op.cit., p. 242.

¹⁷ SYLVESTRE. Op.cit., p. 242

¹⁸ SYLVESTRE. Op.cit., p. 242

A proposta eleitoral exposta no documento "*Revolução da Prosperidade*" – programa político do candidato Newton Rique – se apresentava, também, muito mais consoante com o imaginário expresso, freqüentemente, nas páginas dos jornais locais. Era a primeira vez, segundo Sylvestre, que uma campanha eleitoral em Campina Grande produzira documentos das pospostas dos candidatos. Novidade iniciada por Juscelino Kubitschek, quando da campanha eleitoral para a presidência da República¹⁹, e logo imitada nos pleitos políticos em todo o país.

Em sua carta de compromisso para com os eleitores, Newton Rique afirmou:

O processo de industrialização é, a meu ver, o próprio processo de civilização e progresso. Farei, portanto, girar em torno da criação de condições mais favoráveis à implantação de poderoso parque fabril em nossa cidade, o meu programa de administração.²⁰

Vale a pena lembrar as conclusões a que chegaram industriais paulistas em missão oficial no Nordeste, quando consideraram Campina Grande, dentre as cidades da região, por eles visitadas, aquela que melhor condição oferecia à aplicação de capitais em investimentos industriais.²¹

As intenções político-administrativas do candidato derrotado mostram a necessidade de uma política de desenvolvimento da indústria, parecendo claro que a existência de indústrias em Campina Grande era ainda muito abaixo do que se supunha necessitar a economia local. Ao confrontarmos essa informação com outras fontes pesquisadas, inferimos que os freqüentes enunciados, veiculados no Diário da Borborema, passavam, exageradamente, uma imagem de importância industrial dessa cidade, o que ao nosso ver aproxima-se mais uma estratégia de publicidade, provavelmente voltada à atração de investimentos, do que uma situação real da indústria nessa cidade. A preocupação do candidato petebista com o assunto, exposto em seu programa de campanha, parece-nos confirmar essa conjectura. Vejamos:

¹⁹ Cf. MONTENEGRO, Rosilene. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno.** Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp. Campinas, 2001.

²⁰ SYLVESTRE. Op. cit., p. 240.

²¹ "*Revolução da Prosperidade*", citado por SYLVESTRE, op. cit., p.229.

O meu governo terá a industrialização de Campina Grande como o seu “centro de interesse”. Providências, esforços, recursos serão empenhados para a objetivação dessa meta, durante todo o período de minha gestão. Desde logo, entretanto, posso enunciar as seguintes medidas que serão postas em vigor pela minha administração:

- a) Constituição de um Grupo de Estudos e Projetos de Investimentos industriais, integrados de técnicos (...);
- b) Delimitação da futura Cidade Industrial de Campina Grande, com a destinação de áreas suficientes para a instalação de novas fábricas (...);
- c) Reexame da legislação municipal sobre isenção de impostos para indústrias, concedendo-se todas as facilidades possíveis a empreendedores que nos queiram ajudar no surto de industrialização (...);
- d) Suprimento abundante e ao mais baixos preços de energia elétrica e água para fábricas a partir de determinadas dimensões;

Estímulo à formação de empresas particulares e mistas para empreendimentos pioneiros no setor industrial.²²

O imaginário de Campina Grande “*futuro de prosperidade*”, tão freqüentemente encontrado nas páginas do Diário da Borborema, e sua ligação com a recepção positiva ao discurso de JK, aparece nitidamente expresso na publicidade de Newton Rique, divulgada, em jornal local, em 02/08/1959, na véspera da eleição: “*Campina Grande será uma terra venturosa, com indústrias para o seu progresso, com emprêgos para os seus operários, com fartura para os seus lares, com educação para a sua juventude e com um padrão de vida pública que sirva de exemplo ao Brasil*”²³.

Alguns aspectos desse embate são analisados por Alarcon Agra do Ó²⁴, em estudo que visa analisar o lugar da educação na proposta política do candidato Newton Rique. Segundo Agra do Ó, a proposta do candidato petebista atualizava

²² SYLVESTRE. Op.cit., p.230

²³ SYLVESTRE. Op.cit., p.248

²⁴ Cf. Ó. Alarcon Agra do. Op. cit.

a problemática educacional, o mito do planejamento, ou seja, a crença a crença em que a realidade pode – e deve – ser atravessada por um olhar arguto e incisivo que, ultrapassando a barreira das meras imagens, pode chegar à essência do mundo e entender assim as efetivas possibilidades de transformá-lo.²⁵

Nós nos arriscamos a inferir que o progresso apresentado no objetivo do desenvolvimentismo, tão propalado pelos meios de comunicação locais e nacionais e tão perseguida na política do governo JK, foi entendido, pela maioria do eleitorado campinense, como melhor representado pelo candidato Severino Cabral. Talvez, o fato de pertencer ao mesmo partido político do Presidente Juscelino Kubitschek, que gozava de grande simpatia junto as camadas populares, esse candidato tenha parecido às camadas populares como o político que efetivamente iria realizar ações de melhoria das condições de vida das massas. Talvez por sua identificação, pela história de vida, com as camadas populares, e daí ter sido por elas legitimado. O fato é que Campina continuou sonhando em ser Grande, como o Brasil, cabendo, pois, todos os títulos e imagens que reafirmassem a grandeza real e a imaginária do tão sonhado “futuro de prosperidade”.

5. À Guisa de Conclusão

Pelo exposto, entendemos que muito está por se conhecer sobre os motivos que concorreram para que Severino Cabral, e não Newton Rique, fosse vitorioso no pleito eleitoral, em uma década marcada pela mobilização do imaginário de progresso, desenvolvimento e modernização. Do mesmo modo, a história política local, sob a perspectiva da história renovada, incluindo aí o domínio do imaginário constitui um campo de exploração, problematização e investigação da história com relevância para o estudo da nossa história, nesses tempos em que a história brasileira aponta para uma tendência de interrogação sobre as histórias locais.

²⁵ Cf. O. Alarcón Agra do. Op. cit., p. 168

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais:

Diário da Borborema. Edições diversas, de 1957 a 1960.

O Estado de S. Paulo. Edições diversas, de 1953 a 1960.

Correio da Manhã. Edições diversas, de 1953 a 1960.

Diário de Minas. Edições diversas, de 1955 a 1960.

Revista "O Cruzeiro". Edições diversas de 1953 a 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, M. Stella; e BREPOHL, Marion (Org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: EDUnB, 2002.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução: Renée Eve Levié. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Tradução: Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**, Marcos Cezar Freitas (Org.). São Paulo: Contexto, 1998.

LOPES, Stênio. **Campina**. Luzes e sombras. Campina Grande: s/editora, 1989.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande**. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste. Campina Grande: Tecnal, s/d.

MONTENEGRO, Rosilene. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno**. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp. Campinas, 2001.

Ó, Alarcon Agra do. (et.all.). **A Paraíba no Império e na República**. Estudos de história social e cultural. João Pessoa: Idéia, 2003.

Ó, Edvaldo de Souza do. **Politécnica**. Primeira escola superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda., s/d.

REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 30, 1995.

SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Stella; BREPOHL, Marion (Org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: EDUnB, 2002.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo** – fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964): Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.